



**Almirante  
Tamandaré**  
PREFEITURA DA CIDADE

Secretaria Municipal de Governo

**MENSAGEM DE PROJETO  
DE LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2023**

Excelentíssimo Senhor  
Vereador **CLAUDINHO ZOINHO**  
Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré

Encaminhamos a mensagem nº 022/2023, solicitando para que seja apreciado o Projeto de Lei Complementar anexo o qual "Altera o Artigo 171 da Lei Complementar n. 019, de 11 de novembro de 2011 e dá outras providências".

Contando com a acolhida e aprovação, do referido Projeto de Lei renovamos a Vossa Excelência e aos nobres Vereadores, nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 25 de julho de 2023.

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO  
DIA 15 / AGOSTO / 2023

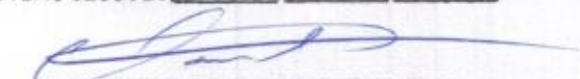
  
Secretário

  
**GERSON COLODEL**  
Prefeito Municipal

APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO

POR \_\_\_\_\_

SALA DAS SESSÕES, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
Presidente



**Almirante  
Tamandaré**  
PREFEITURA DA CIDADE

Secretaria Municipal de Governo

## JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 022/2023

**Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores,**

Submetemos à apreciação e aprovação de Vossas Excelências ao Projeto de Lei Complementar nº 022/2023, que *"Altera o Artigo 171 da Lei Complementar n. 019, de 11 de novembro de 2011 e dá outras providências"*.

O presente projeto de lei tem como objetivo promover uma alteração essencial no Artigo 171 da Lei Complementar nº 019, de 11 de novembro de 2011, visando garantir a igualdade de direitos e a proteção dos interesses da família e da criança adotada. Propõe-se a correção de uma inconstitucionalidade presente no referido artigo, que atualmente estabelece prazos diferentes para a licença adotante em comparação com a licença gestante.

A fixação de prazos distintos para a licença adotante com base na idade da criança adotada não apenas fere o princípio da igualdade, como também prejudica a criança adotada ao estabelecer uma diferenciação artificial e injusta em relação aos cuidados que ela necessita nesse período inicial de convívio com sua nova família.

Destarte que, o Supremo Tribunal Federal, já decidiu no Recurso Extraordinário nº 778.889 - Pernambuco, sobre a equiparação do prazo da licença-adotante ao prazo da licença-gestante. Na referida decisão é destacada a importância de assegurar a igualdade de direitos entre filhos biológicos e adotados, bem como a tutela da dignidade da pessoa humana e a proteção integral do menor adotado. É fixada a tese de que *"Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada."*

Assim, este projeto de lei se faz imprescindível para corrigir essa falha, garantindo que os prazos da licença adotante não sejam inferiores aos prazos da

21





**Almirante  
Tamandaré**  
PREFEITURA DA CIDADE

*Secretaria Municipal de Governo*

licença gestante, bem como as respectivas prorrogações. Ao eliminar essa disparidade, estaremos assegurando um tratamento justo e igualitário entre os pais biológicos e adotivos, e principalmente, protegendo o melhor interesse da criança adotada.

Diante do exposto, apresento para avaliação e análise de Vossas Senhorias o presente protocolo de intenções.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 25 de julho de 2023.

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO  
DIA 15 / AGOSTO / 2023

[Assinatura]  
Secretário

[Assinatura]  
**GERSON COLODEL**  
Prefeito Municipal

APROVADO EM \_\_\_\_\_ Discussão

POR \_\_\_\_\_

SALA DAS SESSÕES \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 7º andar

70.046-900 - Brasília - DF

Fone: 55 (61) 2020-1003

**Ofício Circular nº 14/2017-MP**

Brasília-DF, 3 de fevereiro de 2017.

Aos Dirigentes de Gestão de Pessoas dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

**Assunto: Equiparação. Licença-gestante. Licença-adotante. PARECER nº 003/2016/CGU/AGU, de 30 de novembro de 2016, da Consultoria-Geral da União, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.**

Senhoras e Senhores Dirigentes,

1. O Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 778/889/PE, cujo Relator foi o Ministro Roberto Barroso, declarou a inconstitucionalidade do art. 210 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fixando a tese de que *"Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada."*
2. A Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União exarou o PARECER nº 003/2016/CGU/AGU, de 30 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 238, de 13 de dezembro de 2016, Seção 1, páginas 2 a 5, concluindo, em resumo, que a Administração Pública federal deve observar, respeitar e dar efetivo cumprimento à referida decisão do STF.
3. O mencionado parecer foi ratificado por meio de Aprove Presidencial publicado na Seção 1 do

**LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**

[Texto compilado](#)

[Mensagem de veto](#)

[Produção de efeito](#)

[Partes mantidas pelo Congresso Nacional](#)

[\(Vide Lei nº 12.702, de 2012\)](#)

[\(Vide Lei nº 12.855, de 2013\)](#)

[\(Vide Lei nº 13.135, de 2015\)](#)

[\(Vide Medida Provisória nº 1.132, de 2022\)](#)

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO [ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997](#).**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

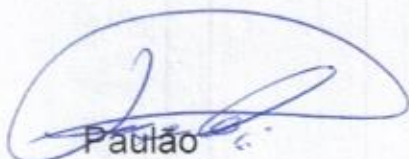


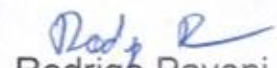


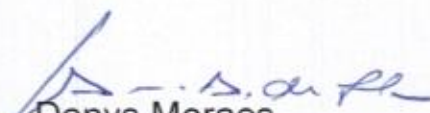
## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação na respectiva sala, para analisar o Projeto de Lei nº 022/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte súmula: "Altera o Artigo 171 da Lei Complementar n. 019, de 11 de novembro de 2011 e dá outras providências". Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

  
Paulo  
Presidente

  
Rodrigo Pavoni  
Vice-Presidente

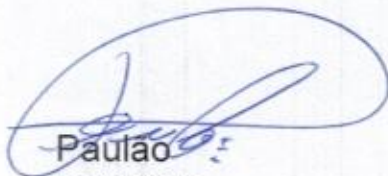
  
Denys Moraes  
Membro

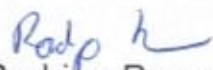


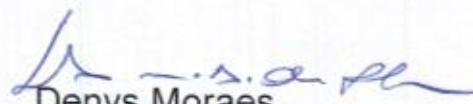
## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação na respectiva sala, para analisar o Projeto de Lei nº 022/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte súmula: "Altera o Artigo 171 da Lei Complementar n. 019, de 11 de novembro de 2011 e dá outras providências". Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

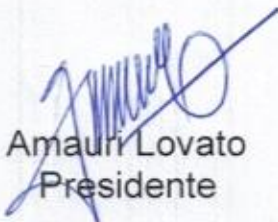
  
Paulão  
Presidente


  
Rodrigo Pavoni  
Vice-Presidente


  
Denys Moraes  
Membro



Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Educação, Saúde, Assistência e Meio Ambiente na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 022/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo excelentíssimo senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte sumula: "Altera o Artigo 171 da Lei Complementar n. 019, de 11 de novembro de 2011 e dá outras providências". Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

  
Amauri Lovato  
Presidente


  
Amarildo Portes  
Vice-Presidente


  
Wallison Romero  
Membro






Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Educação, Saúde, Assistência e Meio Ambiente na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 022/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo excelentíssimo senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte sumula: "Altera o Artigo 171 da Lei Complementar n. 019, de 11 de novembro de 2011 e dá outras providências". Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

  
Amauri Lovato  
Presidente

  
Amarildo Portes  
Vice-Presidente

  
Wallison Romero  
Membro



Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização na respectiva sala, para analisar o Projeto de Lei nº 022/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte súmula: "Altera o Artigo 171 da Lei Complementar n. 019, de 11 de novembro de 2011 e dá outras providências". Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

Cezar Manfron  
Presidente

Roque Luiz  
Vice-Presidente

Ferrugem  
Membro




## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização na respectiva sala, para analisar o Projeto de Lei nº 022/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte súmula: "Altera o Artigo 171 da Lei Complementar n. 019, de 11 de novembro de 2011 e dá outras providências". Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

  
Cezar Manfron  
Presidente

  
Roque Luiz  
Vice-Presidente

  
Ferrugem  
Membro